COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.744, DE 2008

(Apensado o PL nº 5.198, de 2009)

Torna obrigatório o uso de aparelho limitador de velocidade por todos os veículos do transporte público.

Autor: Deputado ELIENE LIMA

Relator: Deputado EDINHO ARAÚJO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Eliene Lima, pretende tornar obrigatório o uso de dispositivo limitador de velocidade em todos os veículos de transporte público coletivo. O PL determina que esses veículos não ultrapassem 80 km/h e imputa o custo de instalação às empresas de ônibus e aos proprietários de vans. Dá ainda o prazo de um ano para que os veículos sejam equipados com o referido dispositivo.

Apensado à proposição principal temos o PL nº 5.198, de 2009, do Deputado Jefferson Campos, que altera o art. 61 do Código de Trânsito Brasileiro para determinar que os veículos utilizados no transporte coletivo alternativo não trafeguem em velocidade superior a 90 km/h nas rodovias. Também modifica o art. 105 para obrigar que os veículos com mais de cinco lugares sejam equipados com registrador instantâneo de velocidade e tempo (tacógrafo).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei principal, de autoria do nobre Deputado Eliene Lima, pretende tornar obrigatório o uso de dispositivo limitador de velocidade em todos os veículos de transporte público coletivo.

De fato, o número de acidentes automobilísticos cresce a cada ano no Brasil, onde já são contabilizados cerca de quarenta mil mortos e outros milhares de feridos em ruas, avenidas e rodovias de todo o País. Boa parte das vítimas dos acidentes estavam a bordo de ônibus ou micro-ônibus no momento da ocorrência.

Entretanto, não obstante a boa intenção no Autor da proposta em exame, por uma questão de economia processual, havemos por bem rejeitá-la, uma vez que projeto de lei idêntico já foi aprovado nesta Comissão no ano de 2013. Trata-se do PL nº 936, de 2011, do Deputado Leonardo Quintão, que inclui dispositivo limitador de velocidade entre os equipamentos obrigatórios dos caminhões, veículos de transporte escolar e veículos de transporte de passageiros com mais de dez lugares.

O projeto apensado, por sua vez, altera o art. 61 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB – para inserir os veículos utilizados no transporte público alternativo no rol dos veículos submetidos à velocidade máxima de 90 km/h nas rodovias. Também determina que o tacógrafo passe a equipar os veículos que transportam mais de cinco passageiros.

Com relação à primeira proposta de alteração, julgamos ser desnecessária a mudança pretendida, uma vez que o Anexo 1 do CTB define como micro-ônibus os veículos de transporte coletivo com capacidade para até vinte passageiros, o que acaba por incluir as vans utilizadas no transporte alternativo. Dessa forma, as vans já são registradas nos órgãos de trânsito como micro-ônibus e estão submetidas às regras impostas a esse tipo de veículo.

Com relação ao tacógrafo para veículos com mais de cinco lugares, entendemos que essa mudança acabaria por abranger vários tipos de veículos que comportam mais de cinco passageiros e são atualmente

utilizados para transporte familiar. Dessa forma, estaríamos criando uma dificuldade para os proprietários desses automotores, que seriam obrigados a instalar o tacógrafo sem nenhuma justificativa plausível. Por esse motivo, estamos apresentando um substitutivo no qual mantemos a ideia do tacógrafo, aprimorando, entretanto, a redação do projeto de lei apensado para tornar mais efetiva a sua obrigatoriedade para os veículos de transporte coletivo de passageiros com mais de dez lugares.

Considerando os argumentos apresentados, nosso voto é pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei n.º 3.744, de 2008, e pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.198, de 2009, apensado, na forma do substitutivo apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado EDINHO ARAÚJO
Relator

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.744, DE 2008

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, regular a utilização do equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei modifica dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para regular a utilização do equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo.

Art. 2º Os artigos 230, 279 e 280 da Lei nº 9.503, de 1997, passam a vigorar com a seguintes modificações:

Art. 230.

XIV – sem o registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo ou no caso de este equipamento apresentar uma das seguinte irregularidades:

- a) viciado ou defeituoso;*
- b) com leitura inacessível à fiscalização ou sem as informações mínimas estabelecidas pelo CONTRAN;*
- c) sem estar devidamente selado e lacrado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO;*
- d) sem estar aprovado em verificação metrológica periódica pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.*

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa (três vezes);

Medida administrativa – retenção do veículo;

.....

Art. 279. Em caso de acidente com vítima, envolvendo veículo equipado com registrador instantâneo de velocidade e tempo, caberá ao perito oficial encarregado do levantamento pericial retirar o disco ou unidade armazenadora do registro.

Parágrafo único. Na ausência do perito oficial, o agente da autoridade de trânsito responsável pelo registro do acidente poderá retirar e manter sob sua guarda o disco ou unidade armazenadora do registro, devendo encaminhá-lo com a maior brevidade possível à Polícia Judiciária.

Art. 280

§ 2º A infração deverá ser comprovada por declaração da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito, por aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual, câmera de monitoramento visual, reações químicas ou qualquer outro meio tecnologicamente disponível, previamente regulados pelo CONTRAN.

.....”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado EDINHO ARAÚJO
Relator